



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 13 DE SETEMBRO DE 2007**

#### **ACTA Nº 04/2007**

Aos treze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Presidente João Manuel Moniz de Sousa, o Primeiro Secretário Albertina Maria da Costa Oliveira e Anabela da Silva Calisto em substituição do Segundo Secretário Nuno Filipe Medeiros.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Gilberto Gouveia Branquinho; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Rui Alberto Cabral Borges; António Manuel Medeiros Varão; Rodolfo Martins Marques da Silva; Luís Miguel Cabral Rego Pires; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Leonel da Rosa da Silveira; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Luís Manuel Barbosa Cabral; Nuno Filipe Medeiros Martins; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; André Carvalho Almeida e Paulo Jorge Cimbron Varão.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar dos Vereadores: Roberto

Manuel Lima Medeiros; Mariana da Purificação Vieira Rodrigues Viveiros; Fernando Jorge Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Jorge Alberto Barbosa de Almeida.

Esteve presente o Senhor José Fernando Carneiro Sousa que assistiu à sessão e usou da palavra, no período de intervenção aberto ao público, após os assuntos da ordem do dia.

De seguida passou-se à leitura da acta da terceira sessão ordinária, do dia 29 de Junho de 2007.

A membro Maria Manuela Correia questionou o porquê dos Secretários da Mesa da Assembleia Municipal não redigirem e efectuarem a leitura das actas das sessões da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que os valores das senhas de presença dos Secretários da Mesa da Assembleia Municipal são superiores às dos outros membros. Questionou se a Dr. Estrela Aguiar que executa aquele serviço recebe honorários ou se o faz de forma graciosa. Questionou ainda quem assina as respectivas actas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que as actas são assinadas pelos membros da Mesa, tendo sido designada uma funcionária da Câmara Municipal para lavrar as actas das sessões da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que a Dr. Estrela Aguiar é Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, tem isenção de horário e não recebe qualquer compensação pela execução daquele serviço.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da terceira sessão ordinária, do dia 29 de Junho de 2007.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que na referida acta não ficou registado os esclarecimentos que solicitou no ponto 1, sobre assuntos descritos na informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Camarária, pelo que solicita que todas as questões colocadas sejam registadas em acta.

A acta foi aprovada, por unanimidade, dos dezanove membros presentes no plenário.

Pelo membro Paulo Jorge Borges foi apresentada a declaração de voto que abaixo se transcreve:

“Protesto pelo facto de não terem sido lavradas em acta as observações e considerações feitas bem como as questões e respectivas respostas relacionadas com o Relatório das Actividades Camarárias, como por exemplo, o facto do relatório em causa ser de Actividades (logo Actividades realizadas – passado) e conter intenções de Actividades (por efectuar – futuro) o que atropela o significado de um Relatório de Actividades.”

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia à exposição da correspondência recebida no período de 2 de Julho de 2007 a 13 de Setembro de 2007, que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Olga Soares; Maria do Carmo Matos Lima; Luís Manuel Barbosa Cabral; Maria Manuela Correia e André Carvalho Almeida, foram recebidas comunicações, solicitando justificação das faltas à sessão ordinária de 29 de Junho de 2007.

Pelo membro Nuno Filipe Medeiros Martins, foi recebida comunicação solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 13 de Setembro de 2007.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

O membro Luís Pires perguntou se há possibilidade das actas das sessões da Assembleia Municipal ficarem disponíveis no site da Câmara Municipal e serem distribuídas pelos membros da Assembleia Municipal.

Alertou o membro Luis Pires para a situação do trânsito junto à escola em Água de Pau. Referiu que os carros ficam mal estacionados e o trânsito por volta das 9:00 horas torna-se complicado, pelo que deixa aqui o alerta ao Senhor Presidente da Câmara para estudo de uma solução para resolução do assunto.

Questionou sobre o ponto de situação do Restaurante Porto dos Carneiros e da Construção da Escola na Vila de Água de Pau.

Comentou que teve conhecimento do protocolo celebrado entre o Centro de Tratamento e Recuperação Villa dos Passos e a Empresa Municipal de Lagoa. Referiu que a Assembleia Municipal não tem conhecimento da actividade da Empresa Municipal de Lagoa.

O Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, Senhor Roberto Sousa felicitou a Câmara Municipal pela decisão tomada e a coragem em alterar o sentido do trânsito na Rua dos Ferreiros e na Rua da Portela em Água de Pau, passando aquelas ruas a ter sentido único. Era uma situação que se imponha há muito tempo. Referiu a necessidade de alterar o sentido do trânsito na Canada do Cinzeiro de forma a encurtar distâncias.

Igualmente congratulou a Câmara Municipal pela decisão tomada de remoção do quiosque de venda de gelados, sito no Largo do Barracão, em Água de Pau, o que promoveu mais um espaço digno para a população.

O membro Paulo Jorge Borges congratulou a Empresa Municipal de Lagoa pela celebração do Protocolo de Cooperação com o Centro de Tratamento e Recuperação Villa dos Passos. Referiu que deveria ser a Câmara Municipal a celebrar o Protocolo de Cooperação com aquele Centro de Tratamento e não a Empresa Municipal de Lagoa.

Referiu que a Assembleia Municipal têm pouca informação sobre a actividade da Empresa Municipal de Lagoa e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que lhes facultasse o relatório de actividades do último semestre, da Empresa Municipal de Lagoa.

Questionou ainda o membro Paulo Jorge Borges se o painel de azulejos que existia na casa da Canada dos Canecos na freguesia do Rosário foi guardado, pois trata-se de uma obra que é património cultural do Concelho.

Face às questões colocadas o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Informou o Senhor Presidente da Câmara que está a ser preparada a página do site da Câmara Municipal para ficarem disponíveis as actas da Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Relativamente à situação do trânsito junto à escola em Água de Pau o Senhor Presidente informou que a colocação de lombas não é uma solução pela experiência que houve na freguesia do Cabouco. Irá solicitar uma maior intervenção da PSP na zona e nas horas de mais movimento.

Sobre a situação do Restaurante Porto dos Carneiros na próxima reunião da Câmara Municipal serão presentes duas propostas. Uma sobre a celebração de um acordo entre o Município de Lagoa e a Sociedade Porto dos Carneiros e outra

sobre um pedido de autorização para a cessão da exploração do Restaurante Porto dos Carneiros.

Informou o Senhor Presidente da Câmara que de acordo com a informação do Gabinete Projectista o projecto de Construção da Escola na Vila de Água de Pau será entregue até ao final do ano. No próximo ano será incluída verba no Plano de Actividades por parte do Governo Regional para construção da referida Escola.

Informou o Senhor Presidente da Câmara que com a criação da Empresa Municipal de Lagoa várias actividades da Câmara Municipal passaram através de delegação de competências para a gestão daquela Empresa.

A Empresa Municipal de Lagoa está a assegurar o Protocolo de Cooperação com o Centro de Tratamento e Recuperação Villa dos Passos de acordo com o seu Plano de Actividades e o Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências, cuja implementação e gestão são da responsabilidade da Empresa Municipal de Lagoa.

Mais informou o Senhor Presidente da Câmara que de acordo com a legislação do Sector Empresarial Local e os Estatutos da Empresa Municipal a fiscalização da Empresa Municipal é da competência da Câmara Municipal.

Sobre a possibilidade de se alterar o sentido do trânsito na Canada do Cinzeiro o Senhor Presidente da Câmara referiu que será um assunto a ser estudado.

Em resposta à questão colocada sobre o painel de azulejos que existia na casa da Canada dos Canecos o Senhor Presidente informou que desconhece e irá perguntar ao Senhor Vereador Durval Faria responsável pela execução das referidas obras.

O membro Paulo Jorge Borges questionou ao Senhor Presidente da Câmara se o acordo a celebrar com a Sociedade Porto dos Carneiros é mais benéfico para a Câmara ou para a Sociedade.

Questionou a membro Maria Manuela Correia porque é que a Câmara avançou com uma medida cautelar para o Tribunal.

O Senhor Presidente da Câmara informou que foi o acordo possível e passa para o património do Município todas as obras que foram efectuadas no edifício do Restaurante Porto dos Carneiros. Um processo a decorrer pelo Tribunal seria muito moroso e com desfecho imprevisível face à natureza das matérias em causa.

Mais informou que estava a decorrer um processo de negociação entre a Câmara e a Sociedade Porto dos Carneiros e chegou ao conhecimento da Câmara que esta teria colocado outra pessoa para explorar o estabelecimento e não tendo sido possível contactar o Gerente, a Câmara entendeu colocar uma providência cautelar que o Tribunal indeferiu.

## **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

### **PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que ficaria à disposição dos membros presentes para alguma questão que quisessem colocar, visto todas as acções desenvolvidas constarem do relatório da actividade municipal, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal.

Questionou o membro Luís Pires se o Grupo de Dirigentes Socialistas Dinamarqueses que participou nas Festas do Espírito Santo na Lagoa, foi convidado pela Câmara Municipal. Acrescentou que não considera esta actividade importante para constar no Relatório de Actividades.

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Grupo de Dirigentes Socialistas da Dinamarca, entre eles a Presidente da Câmara de Copenhaga, efectuou uma visita aos Açores acompanhado pelo euro-deputado Paulo Casaca e manifestou o gosto em participar nas Festas do Espírito Santo. Falou com o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santo António e foi acordado a participação do Grupo nas referidas Festas, tendo os mesmos sido muito bem recebidos do qual deram nota no final da visita.

Referiu ainda o membro Luís Pires que a Praia em Água de Pau foi limpa mas em sua opinião deveria ser limpa mais vezes e questionou se foi devido às filmagens da telenovela.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a praia tem sido limpa todas as segundas e sextas-feiras e que a telenovela não fez filmagens naquela praia.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que a forma como o relatório foi elaborado merece nota negativa porque um relatório tem de ser feito com base em actividades desenvolvidas e não com base em futuras acções, como por exemplo foi registado: Urbanização Vida Nova fica concluída, este ano; Requalificação da Praça Velha vai avançar em Santa Cruz e Obra de Requalificação da zona

envolvente à Igreja Matriz de Santa Cruz vai avançar. A obra do Lar de Idosos da Santa Casa de Misericórdia de Santo António não devia constar do Relatório de Actividades.

O Senhor Presidente da Câmara informou que os projectos daquelas obras ficaram concluídos e a Câmara Municipal participou com a Fiscalização da Obra do Lar de Idosos da Santa Casa de Misericórdia de Santo António.

Referiu ainda o membro Paulo Jorge Borges que tem algumas notas a apontar ao referido relatório, nomeadamente:

- Na página 1 foi referido "Câmara Municipal de Lagoa assinalou Dia Mundial da Criança" quando deveria ser em parceria com a Empresa Municipal de Lagoa;
- Não está referido o nome das Ruas aonde os Serviços Camarários fizeram limpeza e referiu que lhe entristece ver a Zona Nobre da Freguesia do Rosário como por exemplo a Rua 25 de Abril e Rua Engº João Mota Amaral com os passeios cheios de ervas;
- Foi referido "Câmara de Lagoa instala semáforos com radar de controlo de velocidade" mas até à presente data ainda não viu nada;
- Relativamente à Festa do Pescador questionou quando custou à Câmara a sua organização;
- Foi registado que na Reunião do Conselho Local de Educação de Lagoa participaram 21 elementos, quando na realidade foram cerca de 10 pessoas que participaram.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a obra da instalação de semáforos na Avenida Infante D. Henrique está a decorrer e os trabalhos ficarão concluídos no próximo mês de Dezembro.

Relativamente à Festa do Pescador, não sabe precisar o valor exacto. A Câmara assumiu os encargos com a animação e a montagem do Palco e os Pescadores contribuíram com o peixe e a confecção do mesmo.

A membro Maria Manuela Correia referiu que o título do documento apresentado "Informação das Actividades Desenvolvidas pela Câmara Municipal" não corresponde ao seu conteúdo. O documento apresentado é um plano de intenções, há erros e imprecisões que não podem voltar a acontecer.

Referiu ainda a membro Maria Manuela Correia que queria deixar expressas as suas dúvidas em relação às obras de construção das moradias na Urbanização Vida Nova, na Longueira, nomeadamente, não podem ter três quartos com uma

única casa de banho e em relação à dimensão das escadas que, em seu entender, não devem de estar em consonância com a Lei pelo que alerta a Câmara Municipal para a sua fiscalização.

Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

## **PONTO Nº 2 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE OURO À PARÓQUIA DE SANTA CRUZ, CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:**

Pela Câmara Municipal, foi presente a proposta de atribuição de medalha de ouro à Paróquia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa – Açores que comemora, este ano, o seu 5º Centenário de Vivência Cristã, uma data que constitui um marco fundamental na história e na cultura da Freguesia de Santa Cruz e do Concelho de Lagoa.

Pela membro Maria Manuela Correia foi referido que o discurso da proposta apresentada está mal elaborado, vazio de conteúdo, está retórico e cheio de clichés. Em sua opinião não é digno de se apresentar em cerimónia e recomendou a sua reformulação.

O membro Paulo Jorge Borges corroborou com o exposto pela membro Maria Manuela Correia.

Após troca de impressões, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos dezanove membros presentes:

**1º** Atribuir, em cerimónia pública e solene, a Medalha de Ouro do Município à Paróquia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa – Açores, conforme previsto no artigo 3º do Regulamento das Distinções Honoríficas deste Município;

**2º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro.

## **PONTO Nº 3 – PROPOSTA - LANÇAMENTO DE DERRAMA:**

Para reforço do Investimento Municipal e de acordo com o preconizado no artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, foi pela Câmara Municipal, presente a proposta de lançamento anual de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título



principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezanove membros presentes:

**1º** Autorizar o lançamento anual de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 4 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:**

Em 12 de Novembro de 2003, foi publicado o Decreto-Lei nº 287/2003, que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

Pela Câmara Municipal foi presente o processo para de acordo com o nº 4 do artigo 112º do referido Decreto – Lei, a Assembleia Municipal, fixar a taxa a aplicar em 2008, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do nº1 do citado artigo.

Pelos membros da Oposição: Maria Manuela Correia; Paulo Jorge Borges; Luís Miguel Pires e Rui Alberto Cabral Borges, foi apresentada a proposta cujo teor abaixo se transcreve:

“Proposta – Imposto Municipal sobre Imóveis:

Em 12 de Novembro de 2003, foi publicado o Decreto - Lei nº 287/2003, que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

De acordo com o nº 4 do artigo 112º do referido Decreto – Lei, os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada

ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do nº1 do citado artigo. Sobre este assunto:

1) Propomos à Assembleia Municipal a afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2008 nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,6%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,2%;

2) Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.”

A membro Maria Manuela Correia referiu que a receita do IMI deve de ser aplicada em investimentos no Concelho e isso não se verifica como se constata pela baixa taxa de execução do investimento. Os munícipes não estão a ter retorno do pagamento dos impostos na melhoria e requalificação do Concelho.

O membro Luís Pires questionou se a Câmara faz isenção do IMI e se a receita do IMI tem aumentado ou reduzido.

O Senhor Presidente da Câmara informou que compete ao Município a afixação das taxas do IMI de acordo com a Lei, e não as isenções. Sobre o valor da receita do IMI serão os Serviços de Finanças a dar esta informação.

Sobre a Situação Financeira o membro Luís Pires questionou quais são as receitas de Capital.

O Senhor Presidente da Câmara informou que são as receitas provenientes das Transferências do Orçamento de Estado, dos Fundos Comunitários, de empréstimos e vendas de bens de capital.

O membro Luís Pires referiu que até à presente data só foi executado 22% e questionou se há possibilidade de se atingir os 100% até ao final do ano.

O Senhor Presidente da Câmara informou que as taxas baixas do investimento são influenciadas pela falta de transferências de verbas dos Fundos Comunitários e a Câmara em princípio este ano não vai alienar bens de capital.

O Membro Paulo Jorge Borges evidenciou a razão da proposta apresentada para baixar as taxas do IMI, uma vez que as famílias já estão muito endividadas. Acrescentou que não se está a verificar uma boa gestão, dá-se muito e não se vê investimento no Concelho.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que não podemos abdicar de receita que faz parte do Município, baixar as taxas do IMI seria fazer menos. E questionou se

o membro Paulo Jorge Borges é contra os apoios que a Câmara atribui às Instituições do Concelho e citou as entidades que foram apoiadas pela Câmara Municipal.

O Membro Paulo Jorge Borges referiu que fique bem claro que ele e o Grupo do PSD não são contra os apoios às diversas Instituições do Concelho e que o Senhor Presidente as enumerou, são a favor mas gostariam que a atribuição dos apoios fossem dados com critério e rigor.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que é importante para este executivo apoiar as Instituições do Concelho que dinamizam o Concelho e o betão não é tudo. Os Senhores Vereadores do PSD já propuseram em reunião Camarária valores superiores às propostas apresentadas de atribuição de apoios.

Questionou a membro Maria Manuela Correia o que acontece quando um Município não paga o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que perguntasse à Administração Central.

A membro Maria Manuela Correia citou que o resumo da execução das receitas e despesas da situação financeira da Câmara apresentada é argumento para a declaração de voto e referiu que “Para os Membros da Oposição o mais importante são as famílias.”

O Senhor Presidente da Câmara informou que o apoio à habitação degradada é uma forma de apoiar as famílias. A proposta apresentada pela Câmara não está a aumentar as taxas do IMI, estão a manter as mesmas taxas fixadas no ano anterior e os subsídios atribuídos este ano são no mesmo montante do ano anterior.

O Senhor Vereador José Cabecinha solicitou a sua intervenção para o exercício do direito de defesa de honra.

Esclareceu que as propostas que os Vereadores da Oposição apresentaram as quais não foram aceites pela maioria socialista, foram relativamente a casos pontuais, em situações concretas e bem fundamentadas, como se pode analisar pelas respectivas propostas, nomeadamente ao Clube Operário Desportivo, ao Santiago Futebol Clube porque levam o bom-nome da Lagoa e na última reunião à Junta de Freguesia de Santa Cruz para atribuição de passagens. Questionam muitas vezes qual o critério que o Senhor Presidente da Câmara utiliza para

propor a atribuição dos apoios, atendendo que existe um Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios, aprovado por esta Assembleia Municipal.

O membro Durval Carlos Simas Faria ausentou-se da sala.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Maria Manuela Correia, Luís Miguel Pires e Rui Borges e com duas abstenções dos membros Eduino da Ponte Rego e António Augusto Borges dos dezoito membros presentes:

**1º** A afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2008, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,8%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,3%;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 5 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):**

A Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro (que aprova a Lei das Comunicações Electrónicas) prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma taxa municipal de direito de passagem (TMDP).

De acordo com a alínea b) do nº 2 do art. 106º da referida lei, a taxa deverá ser aprovada anualmente por cada Município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

**1º** A afixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2008, em 0,25%;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**Por impedimento legal, na discussão e aprovação do processo abaixo mencionado, os membros João Manuel Sousa e António Augusto Borges**

**ausentaram-se da sessão, de acordo com o nº 6 do artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.**

**PONTO Nº 6 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS- LAR DE IDOSOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE LAGOA – AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa – Açores, solicitando a isenção do pagamento das taxas devidas respeitantes às licenças de obras e de utilização do Lar de Idosos.

A Câmara Municipal, considerando a obra do Lar de Idosos de grande importância social, visto estar ao Serviço da população idosa do Concelho de Lagoa e as razões invocadas no ofício da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa – Açores e ainda tendo em consideração o previsto no nº 2 do artigo 12º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal o pedido apresentado.

A membro Maria Manuela Correia expôs que discorda com o argumento apresentado no ponto 1 do ofício da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa – Açores. Citou que a igualdade, perante a Lei, de uma Instituição e de um cidadão é a mesma.

O membro Paulo Jorge Borges questionou qual o valor das taxas das licenças de obras e de utilização do Lar de Idosos.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que são cerca de sessenta mil euros.

A Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, deliberou por, unanimidade, dos dezasseis membros presentes:

**1º** Conceder a isenção total do pagamento das taxas devidas respeitantes às licenças de obras e de utilização do Lar de Idosos, à Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa – Açores;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**Os membros João Manuel Sousa e António Augusto Borges regressaram à sala a fim de poderem continuar a participar na presente reunião.**

## **PONTO Nº 7 – PROPOSTA PARA A NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO:**

De acordo com o nº 1 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais "As contas anuais dos Municípios e das Associações de Municípios que detenham capital em fundações ou em entidades do Sector Empresarial Local devem ser verificadas por Auditor Externo."

Dado que este Município detém capital em entidade do Sector Empresarial Local, foi presente pela Câmara Municipal a proposta para a nomeação do auditor externo das contas do Município de Lagoa – Açores, pelo período de um ano, renovável, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) - Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, SROC Nº 52, para prestar os referidos serviços, pelo montante de € 10.000,00 (dez mil euros)/ano, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, conforme previsto no nº 2 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais.

O membro Luís Pires referiu que gostaria que na proposta apresentada pela Câmara Municipal estivesse descrito quais as empresas consultadas.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que gostaria que lhe facultassem informação sobre quais as empresas consultadas, quais os critérios de selecção e os créditos da empresa seleccionada.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que esta é uma área nova nas Autarquias Locais ao abrigo da nova Lei das Finanças Locais. Foram consultadas três empresas da especialidade, com sede no Continente, tendo apenas apresentado proposta, a empresa seleccionada. A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) - Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados é uma empresa com experiência na actividade e o valor da adjudicação é igual para todas as Autarquias.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

**1º** Nomear o auditor externo das contas do Município, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) - Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, SROC Nº 52, para prestar os referidos serviços, conforme previsto no nº 2 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 8 – 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2007:**

Para ocorrer a despesas inadiáveis, não previstas, torna-se necessário proceder à 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano. Assim, usando as formalidades legais que regulam a organização de orçamentos, de acordo com o que preconiza o Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção, procedeu-se à 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.

A Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano agora efectuada totaliza o montante de € 8.100,00 (oito mil e cem euros).

O membro Luís Pires questionou para que serviço se destina a aquisição de uma nova viatura, atendendo que a Câmara Municipal recentemente adquiriu uma viatura.

O membro Paulo Jorge Borges questionou quais os terrenos e o imóvel que a Câmara irá adquirir.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que se torna necessário adquirir duas viaturas para apoio aos Serviços de Águas.

A inclusão do novo projecto aquisição de terrenos são para expropriações e o projecto aquisição de imóvel destina-se à aquisição da moradia sito na Canada dos Canecos, na freguesia do Rosário.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade, dos dezoito membros presentes:

**1º** Aprovar a 2ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 8.100,00 (oito mil e cem euros), de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

**3º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 9 – PLANO DE PORMENOR DA ZONA DO POMBAL:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo do Plano de Pormenor da Zona do Pombal, à aprovação desta Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do art. 79º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro e adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional nº 14/2000/A, de 23 de Maio, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional nº 24/2003/A, de 12 de Maio, com vista à sua ratificação por parte do Governo Regional dos Açores.

Analizado este assunto a Assembleia Municipal, considerando que a versão do Plano posta à discussão pública contém as sugestões e alterações propostas pelas diferentes entidades públicas previamente consultadas, deliberou por maioria, com um voto contra do membro Paulo Jorge Soares Amaral Borges e duas abstenções dos membros Maria Manuela de Oliveira Marques Bandejas Furtado Correia e Luís Miguel Cabral Rego Pires, dos dezoito membros presentes:

**1º** Aprovar o Plano de Pormenor da Zona do Pombal, nos termos do nº 1 do art. 79º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro e adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional nº 14/2000/A, de 23 de Maio, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional nº 24/2003/A, de 12 de Maio, com vista à sua ratificação por parte do Governo Regional dos Açores;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

O membro Norberto Carlos Cordeiro da Ponte ausentou-se da sala, passando a constar dezassete membros presentes.

**PONTO Nº 10 - CONCURSO PÚBLICO “AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB JI FRANCISCO FARIA E MAIA - CABOUÇO” – DIVISÃO DE ENCARGOS:**



Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de divisão de encargos financeiros da obra de "Ampliação da Escola EB JI Francisco Faria e Maia - Cabouco", em 2 anos económicos, designadamente:

2007- 39.958,51 € + IVA (2 meses);

2008 -113.728,06 € + IVA (3 meses).

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezassete membros presentes:

**1º** Aprovar a proposta apresentada da divisão de encargos financeiros da obra de "Ampliação da Escola EB JI Francisco Faria e Maia - Cabouco", em 2 anos económicos;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 11 - PROPOSTA DE PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE LAGOA:**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi apresentada a proposta de projecto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Lagoa.

A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, dos dezassete membros presentes:

**1º** Designar, os quatro cidadãos de reconhecida idoneidade para integrar o Conselho Municipal de Segurança:

- Eduino Manuel da Ponte Rego;
- Luís Alberto Meireles Martins Mota;
- João Manuel Ponte;
- Roberto Manuel Lima Medeiros.

Mais deliberou, por unanimidade, dos dezassete membros presentes:

**2º** Aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Município de Lagoa, como regulamento provisório, nos termos do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 33/98, de 18 de Julho e alínea n) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;

**3º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

## **OUTROS:**

### **CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO:**

O Senhor Presidente da Assembleia informou da necessidade de se proceder à designação de um membro da Assembleia Municipal para substituir a membro Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso, no Conselho Local de Educação.

A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, dos dezassete membros presentes:

**1º** Designar o membro Nuno Filipe Medeiros Martins, para integrar o Conselho Local de Educação;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Esteve presente o Senhor José Fernando Carneiro Sousa, residente na Travessa Padre João Furtado Pacheco nº 15, freguesia do Rosário, deste Concelho, informando os membros da Assembleia Municipal para as obras que estão a decorrer na Travessa Padre João Furtado Pacheco nº 14, freguesia do Rosário, mesmo em frente à sua moradia, de alteração da fachada da frente da garagem, abrindo um respirador no Armazém de Gás Butano, sem placa com indicação do nº da respectiva licença de obras.

Informou que o Senhor Presidente da Câmara respondeu-lhe por escrito que a referida obra de alteração da fachada da frente da garagem, foi pelo Gabinete Técnico da Câmara, considerada obra de escassa relevância urbanística, encontrando-se regularizada do ponto de vista legal e isenta da obrigatoriedade da exposição de placa.

Face à informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara alertou os membros da Assembleia Municipal para as referidas obras que estão a decorrer e para as irregularidades existentes no Armazém de Gás Butano, pertença do Sr.

Dinis da Ponte Rego, sito à Travessa do Padre João Furtado Pacheco nº 18 que oferece perigo à população e que até à presente data, continua a funcionar, sem serem tomadas as devidas providências para acautelar a situação de perigo. Referiu que as Leis existem mas lamenta que a Câmara Municipal não actue de acordo com a Lei.

Relatou que no passado dia 20 de Agosto depois de uma reunião pública da Câmara, um acidente deflagrou uma moradia na Rua do Negrão em Santa Cruz, devido à explosão de uma botija de gás.

Comentou ainda que os maus cheiros vindo dos currais de porcos da Zona da Chã do Rego de Água se têm agravado na freguesia do Rosário e alertou para os maus cheiros que abundam pela passagem das viaturas da Câmara Municipal de recolha de resíduos sólidos.

Face ao descrito no último paragrafo do editorial do Boletim Municipal da Câmara Municipal nº 1 - 2007, o Senhor José Fernando Carneiro Sousa, referiu, será que o Senhor Presidente da Câmara será o Presidente dos Lagoenses ou só de alguns? O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que é o Presidente de todos os Lagoenses.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e três horas e cinquenta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela mesa.

O PRESIDENTE

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---